



O diário

Director: Miguel Urbano Rodrigues • Ano 1 • N.º 250 • Preço 6500 • 4-11-76 • Propriedade de Editorial Caminho

**A OFENSIVA PATRONAL
DESPEDIDOS
DOIS DIRIGENTES
SINDICAIS
DOS TÊXTEIS**

Pág. 8

**AUTARQUIAS
MUITOS INDEPENDENTES
NAS LISTAS «POVO UNIDO»**
● EX-ANP's NAS LISTAS CDS

A Frente Eleitoral Povo Unido revelou, ao fim da tarde de ontem em conferência de imprensa convocada para o efeito, os princípios gerais que orientarão a sua política municipal e local e os nomes das personalidades que constituem a respectiva Comissão Nacional. Foi igualmente divulgado que a Povo Unido concorrerá em todos os concelhos do país, excepção feita ao Sardo (distrito de Santarém) onde um pequeno atraso na entrega das listas motivou a respectiva rejeição. No entanto as listas do PS, embora em outros locais, foram recebidas até com um dia de atraso em relação ao prazo

legal. Quanto às eleições para as juntas de freguesia a Povo Unido apresentará listas em mais de mil e trezentas abrangendo setenta e um por cento da população do país. Outro ponto para que foi chamada a atenção da opinião pública pelo Secretariado da Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido, diz respeito ao número de pessoas sem partido incluídas nas vinte e sete mil e duzentos candidaturas que a Frente movimentou nas suas listas, em todo o País. As percentagens dos sem partido ultrapassam os 50 por cento em muitas freguesias do distrito do Porto, e em concelhos dos distritos de Leiria, Setúbal, Faro, Braga e Évora, indo, por respeito, até aos 90 por cento no caso da lista para a Assembleia Municipal de Porto de Mós.

Pelos lados do CDS, como já era esperado, tudo se passa de outro modo. No distrito da Guarda há uma série de elementos das ex-ANP e União Nacional abrilhantando listas do partido chamado do centro. Assim, em Almeida, o número dois da lista da Câmara Municipal José Ruivo Lourenço é ex-ANP. Por seu lado na lista da Assembleia Municipal aparece um ex-legionário, José Freire Falcão, e um ex-União Nacional, António Simões de Carvalho. (Pág. 5)

Registo

Uma derrota do PS

A demissão do ministro da Agricultura suscita justificadas apreensões. Não é, contudo, uma surpresa. O afastamento voluntário do eng. Lopes Cardoso de um posto-chave da Revolução aparece como etapa de um processo que se vinha a desenrolar. Na direcção do seu próprio partido não encontrou o ministro da Agricultura a solidariedade de companheiros dispostos a defendê-lo com firmeza da campanha contra a sua pessoa, desfechada pelas forças mais obscurantistas da direita, mobilizadas contra a Reforma Agrária. No Congresso apareceu como um homem apoiado pelas bases e distante da linha dominante, apesar da sua cautela em não se demarcar das posições oficiais e da política geral do Governo.

A reacção festejará como vitória sua a saída de Lopes Cardoso. Mas ilude-se a CAP, estão enganados os senhores agrários ao imaginar que a saída de um ministro democrata poderá alterar o rumo da Reforma Agrária. Os trabalhadores agrícolas do Alentejo e do Ribatejo exigirão com redobrada firmeza o cumprimento das leis vigentes. A partir de agora importa reivindicar com serenidade, mas com maior insistência ainda, a expropriação de quase 500000 hectares de terras que continuam nas mãos de grandes agrários. A novíssima campanha da reacção em torno do "direito de reserva" será derrotada, como o foi a das "desocupações".

As "reservas" só poderão ser discutidas e fixadas depois de expropriado o último latifúndio. A Reforma Agrária é definitiva!

O grande derrotado com a demissão de Lopes Cardoso é o seu partido: o PS.

NOVO PRESIDENTE DOS EUA CARTER: UM AGRÁRIO NA CASA BRANCA

WASHINGTON, 3 - Após a contagem dos votos recolhidos em todos os 50 Estados norte-americanos e no distrito de Colúmbia, o candidato "democrático" Jimmy Carter foi eleito presidente dos Estados Unidos da América, com 297 votos do colégio eleitoral, contra 241 para o "republicano" Gerald Ford.

Ford, o primeiro presidente em exercício a ser derrotado desde 1932, esperou mais de oito horas, depois de se ter tornado clara a vitória do seu adversário eleitoral, para admitir a derrota. Enviou então um telegrama a Carter, felicitando-o pela vitória alcançada, ao fim do que considerou uma "longa e intensa luta".

O novo presidente norte-americano, que será empossado em 20 de Janeiro próximo, fez do combate ao desemprego um dos temas centrais da sua campanha, o que lhe deve ter garantido os votos de muitos dos oito milhões de desempregados existentes no mais poderoso país capitalista.



J. Carter

No campo da política externa, Carter declarou repetidamente que dará uma grande atenção à NATO e ao estreitamento de relações entre o seu país e o Japão. Entretanto, o secretário de Estado de Ford, Henry Kissinger, poderá ser substituído por Zbigniew Brzezinski, um exilado polaco "especialista" em anticomunismo.

As reacções internacionais à eleição de Carter são, no essencial, semelhantes. Tanto no mundo socialista como no capitalista, a mudança de presidente é encarada como não significativa. "Uma mudança de pessoas", comentou o ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, onde a NATO e o Mercado Comum têm as suas sedes, "não significa uma alteração fundamental da política americana".

A Novosti, por sua vez, sublinha que, independentemente do presidente eleito, "os Estados Unidos terão de levar em conta a correlação mundial de forças". A agência soviética acrescenta que, de qualquer modo, "seria imprudente, para os observadores estrangeiros, avançar grandes prognósticos" sobre o futuro da política da grande potência imperialista a partir de 20 de Janeiro presidida pelo latifundiário da Geórgia que dá pelo nome de Jimmy Carter.

(Pág. 15)

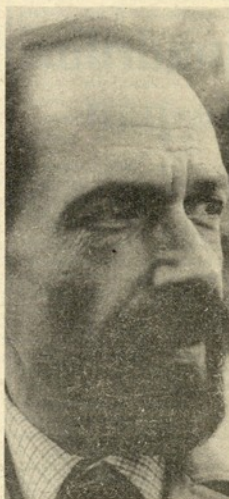
DEMISSÃO DE LOPES CARDOSO É GRAVE CEDÊNCIA À DIREITA

● DOIS SECRETÁRIOS DE ESTADO ACOMPANHAM O MINISTRO

A demissão do ministro da Agricultura e Pescas, eng. Lopes Cardoso, ontem anunciada e aceite pelo dr. Mário Soares, levanta naturais apreensões a todo o vasto sector dependente das decisões políticas do MAP. Lopes Cardoso deslocara-se ontem a S. Bento, por breves minutos, não para tomar parte na reunião do Conselho de Ministros, mas para apresentar ao Chefe do Governo uma carta contendo o seu pedido de demissão e, julga-se, as razões de tão grave iniciativa. Mário Soares confirmaria horas depois ter sido aceite o pedido do ministro da Agricultura.

Durante a tarde, soube-se que pelo menos dois secretários de Estado dependentes do eng. Lopes Cardoso se demitiram também, solidarizando-se com o ministro e as razões invocadas por ele: Castro Guerra, responsável pela Reestruturação Agrária, e Vital Rodrigues, secretário de Estado do Fomento Agrário.

Lopes Cardoso, figura controversa dentro do PS que se tornou alvo, nos últimos meses, de uma desenfreada



Lopes Cardoso

campanha de ataques e calúnias da parte da direita reacção, da CAP e de sectores da direita do seu próprio partido, recusou-se ontem a prestar

declarações e reuniu-se, segundo se julga, com responsáveis do seu departamento governamental e militantes do PS ligados ao sector da Agricultura. A importância atribuída à demissão, sobretudo, pela direita, terá motivado reuniões inesperadas das cúpulas do PPD/PSD e CDS que ontem mesmo se verificaram.

O eng. Lopes Cardoso tornará públicas, possivelmente ainda hoje, as razões da atitude preocupante que tomou. Mas, sendo um homem de esquerda disposto a fazer cumprir a Reforma Agrária nos termos da lei respectiva e da própria Constituição, pode pensar-se que não terá aceitado a política que o Governo PS lhe quis impor, a qual, se nos lembrarmos das palavras de Mário Soares, no Congresso do PS, é deveras preocupante no que respeita às intenções governativas ligadas ao futuro da Reforma Agrária. A demissão de Lopes Cardoso, fruto das pressões de toda a ordem dos sectores mais reacção, torna

igualmente claras as contradições existentes dentro do Partido Socialista e que ficaram bem patentes no último Congresso.

O Conselho de Ministros refere o acontecimento de maneira lacónica no seu comunicado (ver pag. 20) e não indica qualquer substituto. A ratificação, num documento, da política agrária definida no programa do Governo não afasta legítimas preocupações, quando se vê o Executivo recuar progressivamente perante a direita e uma organização fascista como a CAP e quando se sabe que a correcta aplicação do texto constitucional depende em larga medida da leitura política que dele faça quem tem de o aplicar na prática.

A CAP DERROTADA EM LEIRIA

LEIRIA — Foi um rotundo fracasso a reunião convocada pela CAP para o hotel Eurosol, desta cidade, a pretexto de tratar de problemas ligados à produção de leite. Conforme ontem informámos, o secretário-geral daquela organização fascista, sr. Casqueiro, convocara organizações de pequenos e médios produtores — que são milhares no Centro e Norte do País — insinuando um ambicioso programa de «festas» em que estaria metido o próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros e uma delegação do Mercado Comum. Ontem, em Leiria, realiza-se o primeiro acto da comédia.

Compareceu o sr. Casqueiro, como havia prometido, mas representantes dos produtores somente quatro: um da UCAL, 1 da RIBACAL (Santarém), um da Cooperativa das Caldas da Rainha e dois representantes da Cooperativa da Tocha, estes a título de observadores. O elemento da cooperativa das Caldas não estava a título oficial, pois fora convidado «de caminhos», segundo pudemos apurar. O «representante» da Ribecal era um indivíduo saneado daquela cooperativa depois do 25 de Abril e conhecido «militante» da ALA, que agora mudou de nome e passou a chamar-se CAP. Presente na reunião fracassada, também, um agrário proprietário de 200 vacas leiteiras, sr. Luís Almada.

A estratégia da CAP tornou-se clara logo na abordagem do primeiro ponto da ordem de trabalhos — que aliás não iria mais além: propunha a subida do preço à produção do leite da categoria A (benefício claro para os grandes produtores); a manutenção do preço do leite B e a «recriação» da categoria C — do que resultaria benefício redobrado para a indústria e prejuízo maior para os pequenos e médios produtores.

A manobra foi desmascarada, ali mesmo, por alguns dos presentes. E o sr. Casqueiro e companhia arrumaram os papéis e deram os trabalhos por terminados.

O Norte do país, onde predominam os pequenos produtores explorados, deixou de aparar golpes deste tipo. A máscara da CAP está quase no chão.

**Apareça nas UCPs
sr. Primeiro-Ministro!**
Editorial na pág. 3

COMISSÃO NACIONAL REVELA

«Povo Unido» apresenta listas com elevada percentagem de pessoas sem partido»

O Secretariado da Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido deu, ao fim da tarde de ontem nas instalações da Casa da Imprensa, uma conferência de imprensa para fazer o ponto da situação quanto à entrega e composição social e política das listas que patrocina em todos os concelhos do País, à excepção do Sardoal no Distrito de Santarém.

Nas listas da Madeira e Açores e que, a nível de freguesia, a Povo Unido abrangera com a sua participação setenta e um por cento da população. O mesmo orador chamou a atenção da opinião pública para a «notável capacidade» demonstrada pela Frente Eleitoral Povo Unido que, só em candidatos, movimentou vinte e sete mil e duzentos em todo o País.

Oliveira e Sá, também presente na conferência de Imprensa, encarregou-se da enumeração de algumas listas onde «sobressai o facto da maioria dos seus componentes ser constituída por pessoas sem filiação partidária».

No documento, define-se a perspectiva defendida pela Povo Unido na resolução dos variados problemas locais. Assim, «a melhoria das condições de vida, a garantia da saúde, da habitação, da instrução e do trabalho não se conseguem sem recorrer às reservas insondáveis que se escondem por detrás da participação activa das populações na solução dos seus próprios problemas».

«Mas tais reservas não se porão em evidência se continuarmos a teimar em órgãos do poder local que sejam meros terminais burocráticos e administrativos de um poder central too poderoso. «Por isso, a Frente Eleitoral Povo Unido é por uma ampla autonomia do poder local, por uma precisa definição das suas funções, por uma clara e rápida articulação do poder local com as organizações populares de base, conforme é consagrado na Constituição».

A questão da mobilização popular para a resolução dos problemas locais seria, no decurso da conferência de Imprensa, sublinhada por Carlos Costa, que afirmou não haver Governo nenhum que possa resolver os problemas sentidos pelas populações apenas com recursos a meios administrativos, burocráticos e financeiros. «Só com a mobilização popular isso é possível», acrescentou.

Veiga de Oliveira, outro dos elementos participantes na conferência de Imprensa e membro do Secretariado da Comissão Nacional da Povo Unido, declarou que a Frente concorreria em todos os Concelhos do continente, em

metade dos da Madeira e Açores e que, a nível de freguesia, a Povo Unido abrangera com a sua participação setenta e um por cento da população. O mesmo orador chamou a atenção da opinião pública para a «notável capacidade» demonstrada pela Frente Eleitoral Povo Unido que, só em candidatos, movimentou vinte e sete mil e duzentos em todo o País.

Oliveira e Sá, também presente na conferência de Imprensa, encarregou-se da enumeração de algumas listas onde «sobressai o facto da maioria dos seus componentes ser constituída por pessoas sem filiação partidária».

No documento, define-se a perspectiva defendida pela Povo Unido na resolução dos variados problemas locais. Assim, «a melhoria das condições de vida, a garantia da saúde, da habitação, da instrução e do trabalho não se conseguem sem recorrer às reservas insondáveis que se escondem por detrás da participação activa das populações na solução dos seus próprios problemas».

«Mas tais reservas não se porão em evidência se continuarmos a teimar em órgãos do poder local que sejam meros terminais burocráticos e administrativos de um poder central too poderoso. «Por isso, a Frente Eleitoral Povo Unido é por uma ampla autonomia do poder local, por uma precisa definição das suas funções, por uma clara e rápida articulação do poder local com as organizações populares de base, conforme é consagrado na Constituição».

A questão da mobilização popular para a resolução dos problemas locais seria, no decurso da conferência de Imprensa, sublinhada por Carlos Costa, que afirmou não haver Governo nenhum que possa resolver os problemas sentidos pelas populações apenas com recursos a meios administrativos, burocráticos e financeiros. «Só com a mobilização popular isso é possível», acrescentou.

Veiga de Oliveira, outro dos elementos participantes na conferência de Imprensa e membro do Secretariado da Comissão Nacional da Povo Unido, declarou que a Frente concorreria em todos os Concelhos do continente, em

Carneiro, Paulo Loureiro e Oliveira e Sá.

Os representantes da FSP presentes, Rui Carneiro e Paulo Loureiro, tornaram públicas as razões que levaram o seu partido, após «uma aprofundada análise e debate», a aderir à Povo Unido. Essas razões decorrem nomeadamente do facto da Frente Socialista Popular considerar que «a defesa dos interesses dos trabalhadores e do Povo em geral, passa por uma correcta administração do poder local e pela dinâmica unitária das massas em comum das populações».

COMISSÃO NACIONAL DA «POVO UNIDO»

No decurso da conferência de Imprensa foi revelado que a Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido conta já com a participação de cerca de meio milhar de personalidades das mais variadas tendências políticas e dos mais diversos sectores sociais. Dessa longa lista divulgaremos hoje apenas os cabeças por cada distrito. Em Aveiro aparece em primeiro lugar Álvaro Seixas Neves; em Beja, Afonso Dias de Almeida; em Braga, Agostinho Manuel da Silva; em Bragança, Afonso Machado; em Castelo Branco, Arlindo Dinis de Oliveira; em Coimbra, Alfredo Mizarela Loureiro; em Évora, Abílio Fernandes; em Faro, Álvaro Pedro Café; na Guarda, A. Horácio; em Leiria, Adelino Araújo; em Lisboa, Abílio Cardoso; em Portalegre, Adriano Capote; no Porto, Agostinho Castro Lopes; em Santarém, António Castelo Coelho; em Setúbal, Abílio de Magalhães; em Viana do Castelo, Amadeu Costa; em Vila Real, Agostinho Manuel Rodrigues; em Viseu, Amadeu Baptista Ferro; na Região Autónoma dos Açores, António Duarte e na Região Autónoma da Madeira, Anjos Teixeira.

COMÍCIO EM CORUCHE

Amanhã, às 21 horas, no cinema de Coruche, a Frente Eleitoral Povo Unido, promove um comício, seguido de uma sessão de Canto Livre, para apresentação da lista de candidatos «Povo Unido», no concelho de Coruche. Estará presente Madeira Lopes, da Comissão Nacional da Frente. Em comunicado dirigido «a todos os democratas, a todos os antifascistas, à população de Coruche», a Comissão Eleitoral Concelhia da Frente salienta que as listas apresentadas «são produto de um amplo trabalho unitário desenvolvido no sentido de agrupar todos os cidadãos honestos, independentemente da sua filiação partidária e do seu voto em anteriores eleições».

Os trabalhadores da Secretaria Geral do Ministério da Educação e Investigação Científica decidiram ontem, em reunião geral, repudiar a aprovação pelo Conselho de Ministros de um projecto de lei contendo o novo horário de trabalho de 40 horas semanais para a Função Pública. Na moção aprovada, aqueles trabalhadores exigem «que se ponha fim à marginalização das estruturas representativas dos trabalhadores da Função Pública».

FSP desafia Soares a provar «calúnias»

A Frente Socialista Popular (FSP) exigiu que «o sr. Mário Soares faça prova pública da acusação inserida no seu relatório ao Congresso» do Partido Socialista, quando afirmou que a «cisão Serra» havia sido «uma operação montada a frio pela 5.ª Divisão, porventura de colaboração com os serviços secretos estrangeiros».

Para a FSP, a acusação feita pelo Secretário-Geral do PS visou «dourar a pilula do seu ódio de classe», constituindo-se «uma nota de imaginação folhetinesca e policial, no seu relatório». Depois de lembrar que a lista encabeçada por Manuel Serra, recebeu «significativamente, cerca de quarenta por cento das votações», no primeiro congresso do PS, em fins de 1974, o comunicado acrescenta que «o Congresso Nacional do PS, realizado no passado fim-de-semana» foi, «na

perspectiva da FSP, a confirmação da linha anti-socialista e social democrata adoptada e imposta às bases pelas cúpulas daquele partido».

«Dando livre curso ao mais primário obscurantismo e lançando mão da calúnia mais irresponsável — diz o comunicado da FSP —, Mário Soares presta com tal atitude mais um mau serviço à causa da verdade e da convivência democrática que diz defender, mas que na sua linguagem apenas significa uma imitação da democracia sob o controlo da classe burguesa, se bem que para tanto seja necessário recorrer aos mais baixos golpes e às provocações mais grosseiras».

Resaltando uma atitude que se desejaría do dr. Mário Soares, como chefe do Governo, «politicamente responsável», a FSP concluiu «dever tomar» esta posição «em nome dos mais elementares direitos que a Constituição e a lei geral consagram e saberá tomar as medidas que oportunamente entender convenientes».

PCP promove assembleia concelhia em Alpiarça

Efectua-se no próximo domingo, dia 7, nas instalações da Cooperativa Alfredo Lima, na rua do Matadouro, em Alpiarça, a primeira Assembleia da Organização Concelhia de Alpiarça do Partido Comunista Português.

Os trabalhos decorrerão em duas sessões, a primeira com início às 9 e 30 e reservada apenas aos militantes do Partido e a segunda com início às 15 horas para a qual o PCP convidou os simpatizantes e a população em geral.

A sessão da manhã será presidida por Gabriela Pereira Carlos e da ordem de trabalhos, composta por sete pontos, faz parte a eleição da comissão concelhia. Os militantes de Alpiarça do PCP ouvirão ainda intervenções sobre os seguintes temas: «Significado das assembleias de militantes», por Fernando de Oliveira; «A Reforma Agrária em Alpiarça», por Álvaro Brasileiro; «Movimento cooperativista em Alpiarça», por Gabriel Agostinho Feijão; «Os trabalhadores e os sindicatos», por António Cavaca Calarrão; e «Ser militante do Partido», por Carlos Pinhão, da DOROR.

No decorrer dos trabalhos será lida por Francisco Lancinha, da DOROR, uma saudação da Direcção da Organização Regional do Oeste e Ribatejo. Na sessão da tarde, presidida por Gabriela Frago Cortimpau, são os seguintes os pontos da ordem de Trabalhos: «O VIII Congresso do Partido e a conjuntura política actual», por Joaquim Gomes, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP; projecção do filme «Lenine em Outubro»; e «O carácter internacionalista da Revolução de Outubro», por Maria da Piedade Morgadinho, da DORL.

«Dando livre curso ao mais primário obscurantismo e lançando mão da calúnia mais irresponsável — diz o comunicado da FSP —, Mário Soares presta com tal atitude mais um mau serviço à causa da verdade e da convivência democrática que diz defender, mas que na sua linguagem apenas significa uma imitação da democracia sob o controlo da classe burguesa, se bem que para tanto seja necessário recorrer aos mais baixos golpes e às provocações mais grosseiras».

O SEIXAL E A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

O 59.º aniversário da Grande Revolução de Outubro vai ser comemorado no Seixal com uma festa-comício prevista para o dia 5, sexta-feira, às 21 e 30, na Sociedade Filarmónica União Seixalense. A iniciativa pertence à comissão concelhia do Seixal do PCP e à União da Juventude Comunista, com o objectivo de homenagear o povo soviético pelas suas grandes realizações. Estará presente na festa-comício Dias Lourenço, director do «Avante!» e membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

MEIC Secretaria-geral contra horário de 40 horas

Os trabalhadores da Secretaria Geral do Ministério da Educação e Investigação Científica decidiram ontem, em reunião geral, repudiar a aprovação pelo Conselho de Ministros de um projecto de lei contendo o novo horário de trabalho de 40 horas semanais para a Função Pública. Na moção aprovada, aqueles trabalhadores exigem «que se ponha fim à marginalização das estruturas representativas dos trabalhadores da Função Pública».

«conforme manda a Constituição» e «não aceitar qualquer agravamento de horário que não tenha como contrapartida, por um lado um aumento salarial que reponha o poder de compra dos trabalhadores e remunere o acréscimo de horas de trabalho e, por outro lado, uma inadiável reestruturação dos serviços reclassificação de carreiras».

BIOESTATÍSTICA

Estudantes do Porto repudiam repressão

PORTO — Estudantes do porto, reunidos na tarde de ontem num «meeting» de apoio à luta dos seus colegas do primeiro ano de Medicina, manifestaram-se contra o ensino burla na cadeira de Bioestatística e pela qualidade de ensino e «contra as medidas repressivas do MEIC traduzidas nas ameaças de processos criminais, chumbos colectivos e organização de testes fora da Faculdade».

No documento aprovado os estudantes «repudiam todas estas medidas repressivas bem como uma política que sob a falsa capa da «competência» e das sensatez procura impôr um elevado número de reprovações onde foi praticamente nula a aquisição de conhecimentos bem

traduzida no facto de as aulas terem durado apenas seis semanas». Trata-se, afirmam, «de uma forma encapotada de impôr o número clausus».

Os estudantes não pouparam as críticas ao MEIC e Conselho Directivo da Faculdade «pelas calúnias, mentiras e invenções» vindas a público e sublinharam «a atitude autoritária e antidemocrática do ministro que, até agora, tem recusado avistar-se com os representantes dos estudantes». Um estudante afirmou a propósito que «se o MEIC conseguisse levar por diante os seus intentos sairia daqui a ponta de lança para o retorno ao 24 de Abril nas escolas».

O «meeting» aprovou ainda o envio de uma carta ao ministro Cardia hieriando o «processo Bioestatística» e reafirmando a disposição de os estudantes entrarem em diálogo com o MEIC e com o Conselho Directivo a fim de se encontrar uma solução correcta para o problema.



Vende-se no Catujal Papalaria «A Tininha»